

A UNIVERSIDADE NA DÉCADA DE 1960 NA VISÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO E UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

Crislaine de Camargo Titski

Universidade Estadual do Centro Oeste – Irati

criscitiski@hotmail.com

Michelle Fernandes Lima

Universidade Estadual do Centro Oeste – Irati

mfernandeslima@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo, a análise do debate pela Reforma Universitária na década de 1960, com especial destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a contribuição do teórico Álvaro Vieira Pinto que participaram desse debate. Tal proposta se faz importante como objeto de estudo porque a UNE representava, organizava o movimento estudantil e centrava suas discussões acerca dos problemas nacionais do país e lutavam por uma reestruturação das Universidades. As reivindicações da UNE causaram impacto na sociedade brasileira nos anos de 1960 e na história da vida política do país, apoiando sensivelmente as tensões no debate político-ideológico que ocorria na sociedade civil. O procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, está centrado em pesquisa documental e bibliográfica, trazendo aspectos relevantes no que se refere às políticas educacionais. Também foi desenvolvido análise de documentos da época, como fontes primárias, e ainda analisamos o livro “A questão da Universidade”, escrito pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, o qual defende a proposta Radical para as universidades. Para tanto, a pesquisa está estruturada da seguinte maneira: no primeiro momento foi analisado o livro “*A Questão da Universidade*” do filósofo Álvaro Vieira Pinto, onde o pensador imprime sua opinião a respeito da universidade e da sua reforma. Posteriormente os estudos prosseguiram numa análise dos documentos elaborados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que intensificava o debate em torno da questão da universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, Proposta Radical, Álvaro Vieira Pinto, UNE (União Nacional dos Estudantes).

I. INTRODUÇÃO

Na tentativa de ampliar nossa compreensão sobre a temática, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre estudos e posicionamentos teóricos que abordam sobre a posição de Álvaro Vieira Pinto em relação à

Universidade na década de 1960 e a União Nacional dos Estudantes. A busca foi realizada em fontes virtuais como o banco de teses Capes¹ e o Domínio Público². Assim tivemos acesso à muitas pesquisas já publicadas, porém não é possível realizar um estudo e análise sobre todas elas.

Este trabalho traz apontamentos sobre alguns documentos elaborados pela UNE, bem como a visão do pensador Álvaro Vieira Pinto referente à Universidade na década de 1960 a partir da obra *A Questão da Universidade* escrita em 1961. A partir dessa década era consensual o movimento em prol da Reforma Universitária, pois havia a necessidade de reestruturação da universidade. No bojo das contradições que acontecia na sociedade, legitimava uma luta para fundamentar a efetiva reforma para a universidade.

Na tentativa de ampliar nossa compreensão sobre a temática foi realizado um levantamento bibliográfico sobre estudos e posicionamentos teóricos. A busca foi realizada em fontes virtuais como o banco de teses Capes e o Domínio Público. Assim tivemos acesso à muitas pesquisas já publicadas³.

A UNE representada pelo movimento estudantil trouxe como questão primordial reflexões acerca da democratização de universidade, o que se espalhou pelo mundo inteiro. Assim é que a democratização do Ensino Superior foi a grande pauta dos debates e manifestações que compuseram o cenário dos anos de 1960.

Nesse contexto, destacou-se o livro de Álvaro Vieira Pinto “*A Questão da Universidade*” que se tornou inestimável e imprescindível aos os estudantes em movimento. Também no âmbito da política educacional, aconteceram vários encontros e Seminários da UNE que resultaram em documentos que discutiam questões relativas à reformulação do ensino superior brasileira na década de 1960.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo, analisar o posicionamento da UNE em relação à Reforma Universitária por meio dos documentos da época e também proceder aos estudos do filósofo Álvaro Vieira Pinto acerca da universidade e a forma de como esse ensino deveria assumir historicamente seu papel no Brasil na década de 1960.

¹ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

² Domínio Público – biblioteca digital de livre acesso

³ FILHO (1998); ROCHA (2005); SANTOS (2007); PELEGRINI (1993); DIAS (2002); FILHO (2006); LIMA (2005)

Para justificar essa escolha, optamos por enfatizar mais os estudos sobre o assunto relacionado à reforma das universidades na década de 1960 para compreendermos e refletirmos melhor como acontecia a mobilização dos estudantes em busca dos seus direitos para a educação superior.

Dentro desta perspectiva foi importante pesquisar sobre essa temática explorando os estudos na questão da história da educação, verificando as grandes transformações que ocorriam em relação à universidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa fizemos uma análise de alguns documentos da época, que foram elaborados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) como fontes primárias e o livro do filósofo Álvaro Vieira Pinto “*A Questão da Universidade*”. O filósofo Álvaro Vieira Pinto foi importante intelectual brasileiro da década de 1960, e um personagem muito atuante no movimento de Reforma Universitária apoiando a proposta radical.

Este artigo discorre sobre essas questões à luz de alguns teóricos, tais como: PINTO (1986), FÁVERO (1995), FÁVERO (1977), LIMA (2010), CUNHA (1989). Esses autores fundamentaram sobre o tema ampliando o nosso conhecimento acerca do papel que tinha a Universidade na década de 1960.

Essa pesquisa tem objetivo de contribuir para a compreensão das políticas educacionais à respeito da Universidade e sua reforma na década de 1960, bem como mostrar certos aspectos que a instituição universitária passou e suas concepções ideológicas. Nesse trabalho, também foi fundamental apontar questões referentes à História da Educação, para acrescentar o conhecimento acerca dos problemas que o país passava na década de 1960.

II. A VISÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO SOBRE A UNIVERSIDADE NA DÉCADA DE 1960

Nesta pesquisa, tentamos elucidar e analisar sobre a Universidade, e o papel que esta instituição deveria desempenhar no Brasil na década de 1960, a partir do pensamento do filósofo Álvaro Vieira Pinto. Tal estudo teve como base a realização de uma análise da obra *A Questão da Universidade* escrita em 1961 a pedido da UNE. Buscamos identificar suas concepções sobre a universidade e sua reforma e situá-las nas diferentes orientações ideológicas que permearam o movimento pela Reforma Universitária no Brasil.

O filósofo Álvaro Vieira Pinto, assim como a UNE (União Nacional dos Estudantes) defendem a Proposta Radical de universidade, uma das três propostas que surgiram neste período. O livro *A Questão da Universidade* (1986), de Álvaro Vieira Pinto, traz no seu bojo reflexões lúcidas sobre a questão da reforma universitária brasileira, sobretudo no que se refere ao seu aspecto social e político. A obra do referido autor aponta concepções de modo especial sobre a questão da função social da universidade, cujo tema ficou relegado para segundo plano em discussões anteriores. No prefácio deste livro, Saviani denomina que a sociedade brasileira estava vivendo num outro contexto, denominado como momento pré-democrático.

O momento pré-democrático, nas condições vividas pela sociedade brasileira hoje, acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa. Eis porque tem ficado em segundo plano a questão da função social da universidade enquanto agência que, mantida pelo conjunto da sociedade, deveria estar comprometida com a realização das aspirações populares que impõem a luta pela transformação da estrutura sócio-econômica do país; vale dizer, implicam a posição revolucionária (SAVIANI, *apud* PINTO, 1986, p. 6-7)

O filósofo Álvaro Vieira Pinto apresenta uma faceta⁴ acerca do problema das relações entre universidade e sociedade. É preciso mobilizar a reforma universitária, para atender a demanda da classe trabalhadora. “[...] trata-se de discutir a questão da reforma da universidade na fase pré-revolucionária, atualmente vivida pela sociedade” (PINTO, 1986, p.13).

Nesta década de 1960, a classe estudantil questionava sobre as injustiças e opressões existentes na atual estrutura social brasileira. Contraditório a isso, havia aquelas camadas de dirigentes críticos que projetavam sobre as injustiças e opressões nascidas da atual estrutura social brasileira. Para afirmar esta reflexão, Álvaro Pinto (1986) descreve detalhadamente o clima de conflitos e tensões sociais existentes entre as classes dominantes e as camadas populares, que se conscientizam e passam a exigir reformas urgentes.

No decorrer da análise do livro *A Questão da Universidade*, percebemos que o intelectual descreve sobre a primeira tese da reforma da universidade, a

⁴ A reforma da universidade é apenas uma faceta particular do problema da reforma geral da sociedade brasileira.

qual se resulta na transformação da *essência* alienada da universidade brasileira, isto é “[...] de fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento da criação de uma nova consciência estudantil [...]” (PINTO, 1986, p.15).

E para complementar essa ideia da transformação da *essência*, o pensador coloca a segunda tese em relação à reforma da universidade, a qual deve converter-se em órgão socialmente alienado da realidade brasileira, ou seja, a reforma da universidade não tem *finalidade pedagógica*, mas sim uma *finalidade política*.

Percebemos na leitura que a universidade deveria consagrar-se numa realidade social justa e independente, que oprima a política geral da sociedade. Para que isso aconteça, cabe aos estudantes “[...] o principal papel neste processo transformador da universidade porque são eles os primeiros a compreender as ideias como as que estamos enunciando a lutar por elas”. (PINTO, 1986, p.15)

Ao discorrer mais sobre a questão da reforma universitária, Álvaro aprofunda o estudo na *história das instituições universitárias* no Brasil, define assim, a sua *essência* “[...] que encerre dialeticamente o processo de sua fundação e seu curto desenvolvimento em função da realidade social que a gerou, a sustentou e lhe deu os atributos que ora exhibe. Em outras palavras, podemos dizer que a classe dominante exerce um domínio de controle social acerca da universidade. Se assim é a *essência* da universidade, “[...] logo se vê que o problema de sua reforma é político e não pedagógico” (PINTO, 1986, p.19).

Prosseguindo os estudos, o autor mostra com clareza o ponto de partida para a compreensão da reforma universitária. Nesta perspectiva, o ângulo do problema é indagar porque “[...] esses alunos entraram na universidade, e por que milhões de outros não entraram” (PINTO, 1986, p.20). Compreendemos que a universidade era essencialmente reservada para a classe dominante, como coloca (LIMA, 2010) “[...] poucos tinham acesso a ela”.

Essa preocupação leva o filósofo Álvaro Vieira Pinto a analisar o aspecto *A universidade e a classe dominante*. “A classe dominante produz a universidade para que esta produza os sociólogos e juristas que defendam aquela classe”. Observamos neste aspecto, que a realidade da universidade:

[...] é uma instituição que por sua essência atual, suas raízes históricas e seus fins confessos, está a serviço de um sistema de comando social por parte de determinado grupo. É evidente que os corifeus universitários negarão tudo o que estamos dizendo, e para tanto recorrerão a diversos argumentos, mas essa negação vem demonstrar que seu papel é esse mesmo que denunciemos, o de produzir os esquemas intelectuais de dominação, entre os quais se conta, precisamente, aquele que apresenta a universidade como independente de toda vinculação com a classe dominante e inocente de qualquer serviço aos poderosos, para o fim de manter-lhes o poderio". (PINTO, 1986, p.26)

De acordo com essa colocação fica evidente que universidade tem a função de formar representantes político da classe dominante, ela ampara o terreno social dos grupos poderosos de *doutores*, para efeito de *auto-reprodução de classe*. E agrava a cultura da classe dominada, que são os trabalhadores, os quais não tiveram acesso à universidade.

Um outro fator analisado pelo pensador, sob o título, se refere à *universidade e a totalidade do país*, neste tópico, Vieira Pinto enfoca umas das principais teses:

numa nação subdesenvolvida como a nossa, enquadrada no complexo do imperialismo, a universidade nem por ação da classe dominada nela existente, nem por ação da classe dominada nela existente, nem por ação da classe dominante, que a manobra, contribui para criar a autêntica cultura que o país reclama (PINTO, 1986, p.39).

De acordo com Vieira (1986), este aspecto se refere à alienação cultural e econômica como principal resultado do ensino universitário do país. A universidade no seu relacionamento com a classe dominante exerce sobre o resto do país efeito pernicioso, ocultador, pois prepara e distribui os instrumentos ideológicos, que conturbam a consciência nacional e não se dedica ao que seria sua tarefa própria, a de preparar o espírito das novas gerações para o melhor conhecimento do Brasil, dos seus problemas e de como resolvê-los.

Desse modo, todas as classes estão incluídas na *totalidade do país*, e a universidade do país subdesenvolvido não tem *condições ideológicas* pra produzir a cultura que o povo necessita, pois como coloca (LIMA, 2010) “[...] só um grupo seletivo usufrui da formação oferecida pela universidade”. Assim, a

burguesia, classe dominante na sociedade brasileira, é igualmente dominante na universidade.

A reflexão acima leva o escritor Álvaro Vieira Pinto a discutir sobre a *Universidade e cultura*. Para ele, *cultura* é considerada um *processo histórico*, que “[...] se divide em ‘culturas’, que assinalam fases do progresso humano [...]” (PINTO, 1986, p.40). Um outro aspecto citado pelo autor em relação à *cultura*, é que “[...] nas sociedades divididas em classes a cultura tem necessariamente base de classe” (PINTO, 1986, p.49).

Torna-se evidente que a *cultura* produzida pela universidade, define-se por uma *cultura alienada*, pois luta contra as camadas “populares”. Sem dúvida, na sociedade atual, a universidade é um produto de cunho falso e estranho. Conforme afirma o teórico Pinto (1986), a universidade é inculta, dada a situação de classe da maioria daqueles que teriam, por hipótese, de produzir.

Faz parte do projeto dominante afastar a classe trabalhadora da universidade. “Se examinarmos a composição do corpo discente, verificaremos que as condições de ingresso na universidade excluem de modo geral a entrada de elementos da baixa classe média e quase totalmente da classe trabalhadora” (PINTO, 1986, p. 53). Por outro lado, o autor considera a existência de um antagonismo entre as classes no âmbito da universidade, pois é comum o choque entre professores e alunos, entre os próprios professores e entre os alunos.

[...] o estudantado brasileiro se apresenta aos olhos dos grupos reacionários como classe revolucionária, cujos movimentos são suspeitos, perigosos e requerem a mais atenta repressão, levada às violências mais brutais (PINTO, 1986, p. 66).

No prosseguimento dos estudos, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, aprofunda questões ligadas à execução, essência, contradição e as medidas práticas da Reforma Universitária. Para entender melhor estas questões, os estudos se adentram para os aspectos de caráter social e de execução política, como é concebida a *Reforma Universitária*. É preciso, portanto, “[...] proceder à *concepção teórica do problema da reforma*, para daí deduzir as linhas de ação prática” (PINTO, 1986, p.70).

A reforma universitária tem de consistir na reforma dos conteúdos de classe da universidade a fim de permitir às massas ingressarem no domínio da cultura a serviço dos seus próprios interesses, e não a serviço dos interesses da classe dominante (PINTO, 1986, p.80)

A transformação da universidade deve ser de ordem estreitamente social, com a finalidade de mudar o processo histórico. Significa, reformar a instituição ao serviço de novas classes e forças sociais, ou seja “[...] aquelas que até agora não foram beneficiadas” (PINTO, 1986, p.71). Deste modo, procura saber em benefício de que classes e forças sociais deve ser organizada a universidade.

O autor observa que a exigência da reforma universitária é sentida de modo diferente pela classe dominante e pelas massas populares. Com referência a esta alternativa, Vieira (1986, p. 73) indaga “deve a universidade continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante; ou deve se organizar em função dos interesses das classes trabalhadoras, ainda não dominantes, mas em inevitável ascensão?”

Para a primeira, trata-se de organizar o ensino superior de maneira a satisfazer certas necessidades da cultura moderna, mas sempre em condições que impeçam a universidade de escapar ao seu controle e desobedecer aos seus fins. Para as massas, representadas pelos estudantes pobres pelos representantes esclarecidos da autêntica cultura brasileira, trata-se de fazer a universidade passar ao serviço das massas, convertendo-a em instrumento ideológico e em campo de ação prática para a aniquilação do poder político da atual classe dominante (PINTO, 1986, p.73).

Compreendemos que o panorama da atual realidade brasileira consiste em que a universidade é sempre instrumento ideológico das forças sociais dominantes. Podemos mostrar com clareza que “[...] as classes dominantes precisam de universidade para se perpetuar, as massas precisam dela para abrir caminho à sua ascensão histórica” (PINTO, 1986, p.73).

Essa questão leva o escritor a refletir sobre a *essência da reforma da universidade*. A nova realidade brasileira exige uma nova essência para a reforma universitária. De fato, a essência “[...] consiste em impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem a universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais” (PINTO, 1986, p. 77).

Por isso, a reforma da universidade deve consistir naquela em que considera o processo educativo *socialmente organizado*. Em outras palavras, a

universidade deve partir da consciência das massas: “[...] tem de ser do povo, e não das elites, porque deve ser a suprema instância criadora do saber e organizadora do fecundo trabalho do povo” (PINTO, 1986, p.84).

Em relação à *contradição da reforma*, Álvaro Vieira Pinto esboça que a reforma universitária apresenta aspectos contraditórios da sociedade a que pertence. Neste enfoque, a reforma universitária, precisa ser transformada nos poderes sociais “[...] dentro e fora da universidade” (PINTO, 1986, p.90). Dessa forma, Álvaro Vieira, explicita que a classe magisterial, a qual é encarregada de elaborar a reforma, possui uma consciência alienada à realidade do país.

Álvaro elenca, também, sobre os *objetivos da luta estudantil*, que devem ser a alteração das relações externas da universidade, desligando-a da vassalagem à classe dirigente e colocando-a a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora. Esta é uma reforma *qualitativa*, porque diz respeito à *essência* da universidade, esclarece o autor.

Após o enfoque desta reflexão, a obra *Questão da universidade*, traz algumas *perspectivas práticas imediatas*, na qual inserem-se os planos de ação elaborado pela classe estudantil. Podemos dizer também, que são os projetos de reforma elaborados pelos estudantes da UNE. “O projeto terá por fundamento a *práxis* atual da classe estudantil nas suas lutas reivindicatórias, mas representará ao mesmo tempo a formulação teórica que permitirá o prosseguimento e a iluminação da *práxis* futura” (PINTO, 1986, p.95).

Com base nestas reflexões, o filósofo Álvaro Vieira Pinto discorre ainda, sobre algumas *medidas práticas de reforma*, como por exemplo: o co-governo (que consiste na entrega da instituição ao povo, representado pela massa estudantil trabalhadores); a supressão da trincheira do vestibular (substituída pela verificação do mérito do estudante); a universidade do povo (no sentido de que a ela pertencem não apenas os "alunos que estudam", constituindo também um processo de totalidade); a luta contra a vitaliciedade da cátedra e o entrosamento das instituições de ensino superior com outros centros sociais de produção.

E para finalizar a obra “Questão da universidade”, Álvaro Vieira Pinto conclui com a seguinte síntese, a qual não poderíamos deixar de destacar:

O objetivo da reforma é identificar a universidade com a sociedade brasileira, no seu esforço de desenvolvimento material e espiritual, criando e semeando a cultura, a fim de que esta, juntamente com a liberdade, venham a tornar-se os bens mais preciosos possuídos por todo o homem do povo” (PINTO, 1986,p.102).

Diante das reflexões, podemos observar que a Reforma Universitária tem como objetivo maior apresentar projetos de reforma que identifique a universidade com a sociedade brasileira. A função política da universidade é difundir e reger a cultura para que a massa estudantil, que se distingue àqueles jovens da classe trabalhadora, encontre seu lugar natural na universidade. A reforma da universidade tornou-se daí em diante um bem de todo o povo.

III. A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1960

Para complementar nossa pesquisa, foi realizada também uma análise sobre os diferentes documentos que intensificavam o debate em torno da questão da universidade. Tais documentos são: *I Seminário Nacional de Reforma Universitária – Declaração da Bahia*; *II Seminário da Reforma Universitária – Carta do Paraná*; *UNE: Luta Atual pela Reforma Universitária*.

Fávero (1977) destaca os vários acontecimentos, e encontros promovidos pela UNE, em busca de uma universidade democrática. Os fatos propostos são: a “Declaração da Bahia” realizada em Salvador; o 1º Encontro da Região Sul, realizado em Porto Alegre; a “Carta do Paraná” promovido em Curitiba; a “Greve do 1/3; e o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em Belo Horizonte”.

É significativo expressar a grande radicalização do debate sobre a reforma de universidade, liderado, sem dúvida, pelo movimento estudantil que permeava a década de 1960. A UNE, lançava-se em várias frentes para redirecionar o processo de desenvolvimento nacional em torno das *reformas de base*.

O primeiro documento a, “*Declaração da Bahia*” que foi o resultado do I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961, elaborou conclusões do evento. Esse trabalho discute três temas, sendo a

Realidade Brasileira, a Universidade no Brasil e a Reforma Universitária, além de um adendo sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Cada um dos títulos consta não apenas da análise da situação, quer socioeconômica, quer universitária ou ainda do modelo de reforma, mas de diretrizes básicas reivindicadas pelos estudantes brasileiros, para a solução dos problemas apontados. (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.IV)

No primeiro tema estudado, os universitários caracterizaram o Brasil como *uma nação capitalista em fase de desenvolvimento* e um Estado oligárquico e classista, com uma infra-estrutura agrária de base latifundiária, permeada de sérias contradições. “À medida que se processa a evolução do desenvolvimento brasileiro, podemos distinguir certas contradições fundamentais que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa da nossa Nação” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. VII).

Fávero (1977) coloca que para resolução desse problema, foram estabelecidas algumas proposições, entre elas: criação de sólida infra-estrutura de base exigia-se uma reforma agrária que possibilitasse o desenvolvimento diversificado da produção agrícola, socialização dos setores fundamentais da economia e superação da condição proletária.

Desta forma, o documento “Declaração da Bahia” aponta que: “Todas essas diretrizes serão realizadas à medida que superemos a estrutura capitalista dominante, vencendo a opressão imperialista e criando uma nova estrutura social, que dê a todos possibilidades iguais de vida humana (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. IX).

Se tratando da *realidade política*, foi o momento em que o Brasil “[...] apresentava-se não como setor de realização das aspirações de todo o povo, mas como um instrumento de poder das classes dominantes”. (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. XI), em outras palavras, “Funciona como uma engrenagem colocada a serviço de grupos econômicos ligados a interesses capitalistas internacionais” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. XI).

Podemos constatar que a vida política do país apresentava uma democracia desconfigurada de liberdade, tratava-se de um regime político falido, “[...] pois 52% de nossa população não possui o direito de participar na

política diretiva da nação, não tendo incentivo algum à educação e ao progresso”.(DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.X)

Esse primeiro tema do documento que discute a Realidade Brasileira relata:

O projeto de Diretrizes e Bases da Educação visa apenas a oficialização da situação do ensino no Brasil. Entra em profunda contradição com a necessidade de atual reformulação da estrutura do ensino em nosso país. Este projeto em nenhum momento atende aos pontos fundamentais da realidade brasileira: desenvolvimento econômico, a democratização do ensino, o planejamento global da educação, a erradicação do analfabetismo, e outros aspectos estruturais (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961,p. XIII).

Percebemos que as diretrizes propostas pelo Seminário, neste primeiro trabalho abordado sobre a *Realidade Brasileira*, são apresentadas num plano bem geral, sem muitas explicações, sem se estruturarem ainda num projeto. E a Universidade é uma instituição profundamente comprometida com a realidade da qual faz parte.

Em relação ao segundo tema *A Universidade no Brasil*, o Seminário caracterizou que a Universidade brasileira é deformada em sua base econômica, subdesenvolvida e estratificada quanto à distribuição de benefícios econômicos e sociais.

Conhecemos o problema cultural de uma Nação como resultante de problema social, ou pelo menos como uma de suas partes mais significativas. Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam individualmente. Uma sociedade deformada conterá uma Universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma Universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível à autocrítica, vedada à evolução. (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. XVII)

Segundo dados da UNE, citado por (FÁVERO, 1977, p.46), os estudantes se preocupavam porque a instituição universitária falhava com sua missão cultural, profissional e social, agindo num caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior, formando profissionais individualistas, sem maior preocupação com os problemas da sociedade.

E o terceiro tema *A Reforma Universitária* coloca objetivos para uma reforma mais ampla.

a) lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação em todos os graus; b) abrir a Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização (feitos por qualquer Faculdade), de mestres de obra (através das Escolas de Engenharia), para líderes sindicais (nas Faculdades de Direito); c) colocar a Universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica; d) colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistências judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas); e) fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimento de massa. (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. XX –XXI)

Os estudantes defendiam que todos, tinham direito a todos os níveis na educação. Apesar disso, “[...] eles deixam passar a idéia de difusão de um saber por parte da universidade para o povo, um saber de cima para baixo, segundo o código hegemônico das classes mais favorecidas” (FÁVERO, 1995, p.38).

Nesse enfoque, analisamos a contradição por parte dos estudantes, pois ao mesmo tempo em que exigem a democratização do ensino para todos, eles também colocavam os estudantes classe dominante para trabalhar na instituição universitária. O documento articula diretrizes mais focadas para a classe de intelectuais propriamente dito, do que, para o povo trabalhador.

Ainda nesse terceiro tema, o Seminário discute e apresenta soluções para os problemas pedagógicos e acadêmicos – administrativos da Universidade. Fávero (1995) estabelece que, embora muitas questões desses problemas já foram conquistadas, algumas ainda continuam até hoje como objeto de discussão. Entre todas as propostas elaboradas pelos estudantes para resolver tais problemas, vale destacar:

[...] que o atual sistema de cátedras, a sua vitalidade, as deficiências de formação do professor universitário, a atual estrutura da carreira universitária e sua hierarquia e o regime de dedicação parcial de tempo dos docentes e discentes são em grande parte responsáveis pela não realização dos objetivos fundamentais da Universidade brasileira (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p. XXIII)

A configuração das propostas se maneja por duas bases contrárias, pois de um lado, os estudantes caracterizam que a instituição universitária

deve constituir o repertório de acordo com a necessidade da realidade brasileira, e logo por outro lado, no mesmo documento, “[...] essa consciência se denuncia em ato falho ao omitir, ao lado da participação do corpo discente, discente e de ex-alunos profissionais, na administração da universidade, a participação dos funcionários” (FÁVERO, 1995, p. 39).

Na perspectiva do documento *Declaração da Bahia*, fica evidente a não apresentação de uma proposta política e pedagógica, pois como comenta a autora Fávero, os estudantes não articulavam uma proposta política entre os diferentes grupos com uma democratização interna da universidade.

Entretanto, o *Seminário da Bahia* esclarece duas razões, sendo: “[...] contribui para a tomada de consciência, entre os estudantes, da importância e da necessidade de reformar a universidade; b) representa um programa da luta para o movimento estudantil, apesar das restrições feitas” (Fávero, 1995, p. 40).

Após o Seminário da Bahia, foi realizado o 1º Encontro da Região Sul, no qual foi retomado algum ponto relevante que já tinham sido discutidos na Bahia, sendo: autonomia universitária, participação dos estudantes na administração e orientação didática da Universidade; modificação do sistema de ingresso na Universidade com a criação do Colégio Universitário.

Posteriormente, foi realizado o 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária em Curitiba, o qual resultou na *Carta do Paraná*. Este Seminário tinha a mesma finalidade do *Seminário da Bahia*. A *Carta do Paraná* fundamenta-se em três partes: fundamentos teóricos da reforma universitária; análise crítica da Universidade brasileira; e a síntese final, a qual esquematiza a luta pela reforma universitária.

Com base nos dados da UNE (apud Fávero, 1977), a *Carta do Paraná*, em sua primeira parte manifesta de forma pouco clara e objetiva, a mesma perspectiva da *Declaração da Bahia*, enfatizando que o problema da Universidade é voltar-se para a formação geral e técnica numa relação mútua.

O documento frisa as *Teorias vigentes sobre a universidade*, que deve atender às exigências totais da sua natureza e de suas raízes históricas. Para que a Universidade atenda a sua missão revolucionária, é preciso, *ser a expressão do povo; ser por todas as formas antidogmática; ser uma frente efetiva do processo revolucionário;*

Surgia, portanto uma preocupação com o próprio conteúdo do ensino superior havia uma crítica ao *tecnicismo desumanizante*, e preconizavam o *humanismo total*. A primeira teoria, é [...] uma integral alienação do homem às pequenas especialidades práticas de interesse da burguesia, nos moldes das teorias pedagógicas “instrumentalistas”(CARTA DO PARANÁ, 1962, p.XLVII).

A teoria totalizante defende “[...] (humanismo e técnica como momentos de um só processo) da cultura e da reforma. O homem é um ser disperso que se manifesta em várias ‘práxis’ ou atividades, e é preciso que ele reencontre sua própria unidade” (CARTA DO PARANÁ, 1962, p. XLVIII).

Tinham como propósito várias medidas, entre elas, a reorganização dos currículos e programas, visando adequá-los ao pleno conhecimento da realidade nacional e do seu sentido histórico, bem como a introdução nos cursos técnicos das ciências humanas e sociais.

Na segunda parte da *Carta do Paraná*, é discutido, sobretudo o papel da Universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional. E, para tanto, era necessária que criasse condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular da problemática brasileira.

Na conclusão dessa segunda parte, há uma crítica à Universidade de Brasília, pois embora essa Universidade era iniciativa concretizadora da Reforma Universitária, ela pretendia ser fonte de uma elite educacional no país, enquanto toda a luta estudantil consistia na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira.

E a terceira parte da *Carta do Paraná*, com a denominação de *Esquema Tático de luta pela Reforma Universitária*, manifesta toda a discussão de sua inclusão ao lado de outras reformas de base. Segundo Fávero (1977), esta parte gerou grandes controvérsias e debates sobre o que deveria caracterizar a reforma das Universidades brasileiras. A discussão gerou dentro do próprio meio universitário e fora dele.

Nessa perspectiva, o documento reivindica alguns objetivos para a Reforma Universitária. Dentre eles, destacamos o seguinte, *democratizar o ensino, erradicando discriminações de qualquer espécie*. Aparece mais uma vez a insistência pela democratização do ensino, sem que haja exclusão de

classes. A idéia que transparece é que, a seleção para entrar na universidade deve ser por caráter de capacidade.

Na síntese da *Carta do Paraná*, um dos anexos que aparece é *Perspectivas da Luta pela Reforma Universitária – Manifesto da União Nacional dos Estudantes*, na qual mostra as reivindicações por uma mudança quanto ao problema de Universidade. Numa perspectiva tática, influenciando fundamentalmente, um momento político, que é a exigência de um co-governo efetivo, “[...] (um terço de alunos) que dê ao estudante as possibilidades reais e válidas nos órgãos de direção da Universidade” (CARTA DO PARANÁ, 1962, p. XCVI).

Apesar dessa busca pelos objetivos de uma verdadeira Reforma Universitária, podemos notar que essa não passou de realização de Seminários, Encontros e debates dentro das Universidades e entidades estudantil.

Assim é que destacamos o próximo documento a ser analisado *UNE: Luta Atual pela Reforma Universitária*, o qual é descrito por José Serra, presidente da UNE, que tinha como expectativas, lutar para a efetivação da Reforma Universitária, tanto teoricamente, como praticamente, a fim de tentar levar o problema da Reforma às bases, para efetuar a libertação do povo brasileiro.

Nesse sentido, o documento esboça um aspecto de missão específica, ou seja, *Reforma universitária, luta específica do universitário*, que tem como significado, “[...] a Reforma Universitária como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p. CV). Por outro lado, a Reforma Universitária passa a ser objeto de luta radical, e revela seu significado social e político. Nessa medida, “[...] a Reforma Universitária não é só do interesse apenas dos estudantes, mas sobretudo do povo [...]” (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p. CV).

Dizer que a Reforma Universitária é a luta específica do universitário significa dizer que ela é a sua forma de se conscientizar dos problemas gerais da sociedade brasileira e de se inserir nas lutas mais amplas de transformação social, de se politizar, organizar e acumular forças para os estágios superiores da luta popular. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963 p. CVI)

O documento traça de maneira sucinta o desenvolvimento histórico da luta estudantil pela Reforma Universitária, para delinear o avanço político do movimento universitário. Para tanto, os acontecimentos históricos considerados sistematizados pela Reforma são: o 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino; o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior; a greve de Salvador; o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária; A Carta do Paraná.

A teorização de uma luta verdadeiramente concreta se inicia quando, “[...] a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades e faculdades constitui o ponto básico do programa de reforma”. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p.CVIII).

Todavia, a Reforma Universitária realmente tem início quando foi exigida a participação de um terço (1/3) dos estudantes, com direito a voto, nos órgãos colegiados da administração universitária. Tal participação já estava assegurada pela lei nº 4.024/61, em seu art. 78.

A ‘Luta por um Terço’, teria sido a expressão da necessidade que se sentiu de superar a fase de mera teorização para uma teorização e luta concretas. Desde o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, a orientação da UNE foi no sentido de concentrar a luta em torno de medidas fundamentais de democratização imediata do ensino superior. (SANFELICE, 1986, p.44).

A famosa “greve de 1/3” foi efetivada a fim de ampliar o meio administrativo universitário brasileiro. Para compreensão dela, é preciso tomar como ponto principal a análise do conteúdo das reivindicações formulados pelos estudantes e pelas autoridades, e também o conteúdo que as reações à greve provocaram em diversos setores da vida nacional.

De acordo com alguns depoimentos, Foracchi (apud FÁVERO 1977) salienta que era difícil a comunicação entre estudantes, professores e autoridades. Porém, essa greve foi um fator importante de mobilização da opinião pública em torno dos problemas da Universidade.

É certo que desde a *Carta do Paraná* se procurava incluir a Reforma Universitária entre as Reformas de Base. Porém, “[...] faltavam passos fundamentais para torná-la um elo com a luta popular, no sentido prático, e não

exclusivamente ao nível da consciência estudantil”. (UNE: Luta Atual pela Reforma universitária, 1963, p. CXIII).

Na seqüência da “greve do 1/3”, a UNE realizou em 1963, o 3º Seminário Nacional de Reforma Universitária, seguindo as ideias e discussões da “Carta do Paraná”. Nesses Seminários, “os estudantes colocam sempre o problema da reforma da sociedade e as questões políticas mais globais”. (FÁVERO, 1977, p. 50). Questões essas evidenciadas, após 1960, quando se integra a reforma universitária nas reformas de base. Os estudantes Universitários tomaram consciência das conexões reais e abstratas entre a reforma da Universidade e as transformações gerais da sociedade.

O 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária elaborou um projeto de Emenda Constitucional, e outro, de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, consubstanciando os pontos fundamentais da luta imediata pela Reforma Universitária. “Os projetos, deliberadamente, por um interesse de desdobrar a luta, repetimos, tratam apenas de pontos fundamentais de luta imediata pela Reforma Universitária”. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p.CXV).

Assim é que, “os pontos constantes por projetos de Emenda Constitucional e de Substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases foram selecionados para se tornarem, em plano nacional, objeto de campanhas prioritárias pela Reforma Universitária”. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p.CXVI)

Em relação às medidas da Emenda Constitucional é indispensável destacar sobre o instituto da vitaliciedade de cátedra, e em seu art. 168, VI, estabelece que *o acesso e permanência nas funções do magistério, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, estarão regulados por critérios baseados na carreira do professor e na verificação periódica da capacidade científica e pedagógica dos docentes.*

E no projeto *Substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases*, quatro pontos são fundamentais destacar: Cátedra Vitalícia; Vestibular; Verbas universitárias; A participação estudantil nos órgãos colegiados;

Para que realmente os projetos comentados fossem combatidos por uma Reforma Universitária que atendesse o povo e a cultura pela libertação, era preciso disposição e organização para uma luta pela reestruturação da

universidade brasileira. “Os projetos comentados devem ser encaminhados ao Congresso Nacional no início de 1964”. (UNE: LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, p. CXIX).

E para se preparar para essa grande luta, o documento, *UNE: Luta Atual pela Reforma Universitária* destaca três caminhos: *Discussão Ampla* é preciso divulgação amplamente dos projetos; *Comissão de Estudos* necessitava a criação de Diretório Acadêmico, para orientar e executar a divulgação dos projetos. Mobilização, participação de todos que se sintam responsáveis pela luta.

Sobre as medidas tomadas para a reformulação do Ensino Superior Brasileira, Fávero (1977) explicita que, devido às críticas colocadas pelos estudantes na reformulação e recriação da Universidade brasileira, algumas medidas foram tomadas pelo Governo Federal, até 1968, quando é convocado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRF), visando a adequação do ensino superior às necessidades do país.

Assim sendo, podemos notar que a Reforma Universitária proposta pelos Seminários da UNE estava ligada sempre às questões políticas mais globais e os problemas da reforma da sociedade. Procurava-se também uma Reforma Universitária como parte das reformas de base. Os estudantes universitários tomavam consciência da sociedade nacional e ampliavam uma articulação entre a reforma da universidade e as transformações gerais da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante desse trabalho, fica clara influência das ideias do filósofo Álvaro Vieira Pinto, que escreveu o seu livro *A questão da universidade* publicado pela própria UNE em 1962. Nesse livro, Álvaro Vieira Pinto mostra a maneira como o movimento estudantil encarava a reforma da universidade. O autor descreve, de forma sintética, a percepção hegemônica no seio das lideranças estudantis sobre o lugar da reforma universitária.

Vieira Pinto atuava no movimento de Reforma Universitária e defendia a proposta radical para a universidade. Assim, o livro *A questão da universidade*

traz no seu bojo uma proposta atual no processo de mudança da universidade brasileira, sobretudo no que se refere ao seu aspecto social e político.

Podemos afirmar que universidade é uma instância complexa, um centro de poder ideológico, que reproduz padrões culturais e educacionais da classe dominante. Portanto, a universidade deve ser elaborada e efetivada principalmente de caráter político voltando-se para atender as necessidades da classe trabalhadora do país, e não deve ser apenas de cunho pedagógico.

Neste cenário de reforma para a Universidade, a UNE promovia vários Seminários para esboçar a preocupação com a transformação estrutural das instituições de ensino, e também o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Dessa forma, a luta pela democratização do ensino, se intensificava no meio estudantil.

Com isso notamos que os anos de 1960 assistiram a uma crescente radicalização do debate sobre a reforma da universidade, liderado, sem dúvida, pelo movimento estudantil. Esse movimento iria encabeçar uma luta pela reforma universitária articulada às mobilizações populares em torno das reformas de base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, I Seminário Nacional de Reforma Universitária – Declaração da Bahia, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1961, Salvador – Bahia. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BRASIL, II Seminário Nacional de Reforma Universitária – Carta do Paraná, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1962, Curitiba - Paraná. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BRASIL, UNE: Luta Atual Pela Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1963, Belo Horizonte. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade**. Petrópolis – Editora VOZES Ltda. 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIMA, Michelle Fernandes. **Álvaro Vieira Pinto e a questão da universidade na década de 1960**. São Luís – Maranhão. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANFELICE, Jose Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986. 235 p.